

Terra Brasilis

Terra Brasilis (Nova Série)

Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

9 | 2017

Dossiê Trajetórias de Geógrafos 1

A recepção da teoria dos polos de crescimento no Brasil

The reception of growth poles theory in Brazil

La recepción de la teoría de los polos de crecimiento en Brasil

La réception de la théorie des pôles de croissance au Brésil

Breno Viotto Pedrosa



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2348>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.2348

ISSN: 2316-7793

Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Referência eletrônica

Breno Viotto Pedrosa, « A recepção da teoria dos polos de crescimento no Brasil », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 9 | 2017, posto online no dia 29 dezembro 2017, consultado o 30 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2348> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.2348

Este documento foi criado de forma automática no dia 30 Abril 2019.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

A recepção da teoria dos polos de crescimento no Brasil

The reception of growth poles theory in Brazil

La recepción de la teoría de los polos de crecimiento en Brasil

La réception de la théorie des pôles de croissance au Brésil

Breno Viotto Pedrosa

Problematização do objeto de estudo

- 1 É amplamente conhecido o fato de que, dentro do planejamento brasileiro, a teoria dos polos de crescimento teve uma grande influência e foi responsável por muitos planos territoriais que moldaram o território, buscando dirimir as desigualdades regionais e integrar os espaços nacionais. Mesmo que sua inserção seja ainda mal compreendida, é possível identificar uma série de críticas à teoria, acusada de ser um facilitador das relações entre capital e Estado, ou seja, os polos não passariam de estímulos governamentais cômodos ao desenvolvimento capitalista que nem sempre visam resolver problemas sociais ou uma distribuição mais equitativa da riqueza no território.
- 2 Independente dessa visão, se ressalta o fato da teoria polos de desenvolvimento ser um elemento importante para a geografia, pois modificou a teoria da região e da regionalização, além de ter um alto impacto no território brasileiro. Em termos teóricos no campo da geografia, basta lembrar que ela foi responsável pela popularização da concepção de região homogênea e região polarizada, ideias que até hoje têm importância fundamental e continuam a ser exploradas na geografia econômica ou na produção de estudos e dados por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 3 Foi no início da década de 1960 que a presença do geógrafo francês Michel Rochefort introduziu uma série de novos temas de estudos dentre os geógrafos do IBGE. Geografia da população, tema desenvolvimento por seu orientador Pierre George, geografia das indústrias e a geografia urbana, foram *grosso modo* temas inseridos por Michel Rochefort que tinha como pano de fundo as ideias de sua tese de doutorado sobre a rede urbana da

Alsácia, acompanhada de uma interpretação flexível das ideias de Perroux sobre polos de desenvolvimento e das concepções de J.-R. Boudeville, discípulo deste último, cujo trabalho é uma tentativa de imbuir no pensamento de seu mestre uma conotação geográfica, ou seja, mais atrelada ao espaço.

- 4 Nesse sentido, o IBGE teve uma centralidade na recepção da teoria dos polos, pois a aplicou nos moldes rochefortianos e porque como centro de produção de dados e, até certa medida, de articulação científica, difundiu sua interpretação da teoria e aglutinou o interesse de outras instituições e intelectuais interessados pelo assunto. Contudo, o IBGE está longe de ter o monopólio sobre o assunto, seja no tocante à sua teoria, seja no que diz respeito à sua aplicação. Nesse sentido, a análise de outras instituições nos revela outras formas e vias de recepção da teoria dos polos, interpretações essas que acabaram por se encontrar, seja na prática do planejamento, seja no debate teórico com as concepções ibgeanas.
- 5 Assim sendo, dentre os geógrafos do IBGE a ideia de região homogênea seria um espaço ou um recorte regional com poucas diferenciações internas no que diz respeito a sua composição e distribuição espacial, enquanto na polarizada temos uma ou várias cidades que atraem os fluxos dos espaços ao redor. Tais concepções claramente não se somente ao planejamento, pois efetivamente se agregaram na epistemologia da geografia, lembrando que Boudeville, responsável pela leitura geográfica das ideias de Perroux, propôs ainda a região-programa, conceito prático que visa o planejamento. Além disso, tanto na França como no Brasil a teoria dos polos significou uma contribuição epistemológica e um diálogo interdisciplinar, mas, ao mesmo tempo, também uma tensão entre os dois campos de estudos para saber quem seria o mais competente a serviço do planejamento estatal, se o campo da geografia ou da economia.
- 6 Até o presente momento de nossa pesquisa, pudemos observar que inicialmente a teoria dos polos teve um papel relevante na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) sob a égide de Celso Furtado, um dos mais renomados economistas brasileiros, que planejava indústrias para impulsionar a região. Furtado e Perroux se conheceram na França e, paralelamente, é importante destacar que o segundo lecionou por uma curta temporada na Universidade de São Paulo. Destacamos que nos planos iniciais da SUDENE, não pudemos identificar nenhuma discussão profunda sobre a teoria dos polos, ou mesmo o uso explícito do termo. Contudo, está clara a concepção de que é necessário aproveitar os recursos locais para o desenvolvimento industrial nordestino. Ressaltamos ainda que depois do golpe militar de 1964, após algumas reformulações, a SUDENE se torna um paradigma do planejamento regional, agora dotado de um uso mais evidente da teoria dos polos de desenvolvimento, com a realização cursos internos sobre o assunto. Não obstante, o governo militar vai reformar ou criar órgãos de desenvolvimento regional para cobrir praticamente todas as macrorregiões brasileiras.
- 7 Paralelamente, é possível identificar mais um núcleo de recepção da teoria dos polos, ligada à chamada Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU). Tal órgão foi criado ainda na década de 1950 e teve um papel importante na formação e na experimentação do planejamento brasileiro. Inicialmente orientado pelo padre Lebret, de origem francesa, a comissão tinha uma orientação humanista, calcada até certa medida em ideias keynesianas, tentando formular uma economia voltada às necessidades do indivíduo e da comunidade, para além do lucro empresarial. O distanciamento de Lebret e a reformulação de sua orientação com a liderança de Delfim Netto tem como resultado a inserção dos polos desenvolvimento. No início da década de 1960, a efetividade de Delfim

na comissão o auxiliou a galgar altos postos na administração pública após o golpe militar.

- 8 Por fim, cabe pontuar o desenvolvimento da teoria dos polos e de teoria de economia espacial de forma geral no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), cujo processo de criação, em plena ditadura militar, foi de alguma forma acessorizado por geógrafos do IBGE, como Lysia Bernardes e Pedro Geiger, por exemplo. Contudo, os economistas já estavam debatendo e aplicando tais teorias a pleno vapor, a partir de seus pontos de vista e especificidades. Destaca-se, nesse contexto, a criação do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), em 1968, ligado à Universidade Federal de Minas Gerais, em que encontramos figuras que atuavam no IPEA e também na aplicação da teoria dos polos. Assim, as relações entre profissionais do IPEA e CEDEPLAR não eram raras.¹
- 9 Sendo assim, cabe esclarecer por ora que nosso objetivo nesse sucinto trabalho não é explorar as aplicações práticas da teoria dos polos, uma vez que seu amplo grau de difusão em escalas diferentes (IBGE remetendo à esfera federal, SUDENE e CIBPU abrangendo os Estados da federação, por exemplo) e suas diversas interpretações, resultaram em uma diversidade de planos e práticas, nem sempre executados em função da escassez de verbas ou mudanças políticas. No entanto, tal tema não deixa de ser do interesse de nosso projeto de pesquisa, sendo explorado após termos consolidado minimamente o entendimento sobre as diferenças e os pontos comuns da recepção da teoria dos polos, bem como um mapeamento preliminar de seus principais núcleos.

A interpretação flexível de Rochefort

- 10 Como dissemos, um marco importante na recepção da teoria dos polos foi a presença de Michel Rochefort, a partir da década de 1960, porém, esta não foi sua primeira visita ao Brasil já que ele participou do congresso da União Geográfica Internacional (UGI) de 1956. Após o evento, Rochefort lecionou seis conferências no Conselho Nacional de Geografia (CNG), cujo título era “Problemas de métodos de geografia urbana” (Nogueira, 1956: 210). Alguns anos depois, novamente em terras brasileiras, Rochefort organizou grupos de pesquisa no IBGE sobre temas que haviam sido tradicionalmente pouco tratados pelo órgão. Assim, os temas da industrialização, da urbanização, da hierarquia urbana e da distribuição dos serviços são incorporados envolvendo geógrafos novos e antigos. De uma forma geral Pedro Geiger, Roberto Lobato Corrêa, Lysia Bernardes e F. Davidovich foram todos envolvidos nessas atividades e mesmo depois de um afastamento relativo do IBGE, as tendências por ele engendradas continuam a ser desenvolvidas, dialogando com outras fontes e autores.
- 11 Gradativamente, a geografia econômica que era tenuamente influenciada por Perroux e Boudeville, a partir de uma leitura particular de M. Rochefort, vai incorporar debates que estavam em voga com muita força na economia brasileira do início da década de 1970. Assim, A. Hirschman, G. Myrdal, J. Friedman são incorporados no debate sobre o desenvolvimento regional, ressaltando que tais tendências também estavam sendo discutidas pela geografia econômica norte-americana e pela economia brasileira. Os autores arrolados tentam ampliar e complexificar o debate sobre os polos, mas também sobre a superação do subdesenvolvimento como um todo. Cabe ressaltar que apesar desses três autores não serem seguidores de Perroux, são do campo da economia, de diferentes nacionalidades, mas todos inseridos como Perroux em um debate que

concatena a questão da promoção do desenvolvimento, o papel da região e dos grandes centros industriais e urbanos na economia nacional e sua inserção na economia mundial. Não teremos espaço aqui para nos aprofundarmos no debate desses autores devido a complexidade de suas ideias e trajetórias, contudo, eles estão inseridos sem sombra de dúvidas, ao lado de Perroux, na arena internacional de discussão sobre as fórmulas do desenvolvimento, ou melhor, nas maneiras de superar o subdesenvolvimento.

- 12 As interpretações e marcos teóricos delimitados por este debate interessam o regime militar brasileiro, uma vez que existiu o princípio de ligar a questão do desenvolvimento à segurança nacional e no tocante ao assunto, os polos reverberam no desempenho econômico, mas também na questão da integração econômica e territorial. Contudo, é interessante observar que dentre os membros ativos do regime encontramos dissensos e debates. Sem sombra de dúvidas a estratégia dos polos foi amplamente utilizada conquistando o coração e a mente dos militares, contudo, na década de 1970, cabe lembrar que a turma Pedro II da Escola Superior de Guerra (ESG) realiza um seminário para aplicar a obra de Milton Friedman à realidade brasileira, um pensador liberal que vai na contra mão de políticas desenvolvimentistas ou da interferência do estado.
- 13 O período de 1964 até 1985, ou seja, o transcurso da ditadura militar no Brasil, marca uma disseminação ampla da teoria no caso da geografia, pois pouco tempo após 1964 temos a publicação da obra *A geografia ativa* (1966) traduzida rapidamente para o português e o surgimento de trabalhos que aplicaram a metodologia de Rochefort, como o *Estudo básico para a definição dos polos de crescimento* (Pereira, 1967), realizado pelo IBGE. Aliás, o texto de B. Kayser publicado n'A *geografia ativa* defende uma nova concepção de região, pautado no fenômeno da polarização ou área de influência, com uso explícito para o planejamento. Curiosamente, a exposição dos conceitos de espaço polarizado e homogêneo como feito por Kayser nessa obra se assemelha aos usos e apropriações feitos pelo IBGE na década de 1960. Isso pode relevar uma unidade de pensamento dentre as figuras ligadas a Pierre George, de um lado, e de outro, no IBGE, a concepção de que a operacionalização preliminar dos espaços polarizados e espaços homogêneos serviriam de base para ampliação do planejamento territorial do Brasil.
- 14 Igualmente, além do argumento contextual, escolhemos o período até 1985, porque entendemos que com o desenvolvimento da geografia crítica, a partir de meados da década de 1970 e atravessando a década de 1980, surgem autores como Milton Santos que criticam a teoria dos polos de crescimento e problematizam alguns de seus aspectos tendo em vista os aportes marxistas que a geografia mobilizou.

Os polos de desenvolvimento e sua problemática

- 15 Para compreender as origens da teoria dos polos de crescimento ou desenvolvimento é necessário retornar a França do entre guerras. Lá um jovem economista de nome François Perroux milita nos grupos da direita francesa escrevendo textos para a revista *L'esprit* de mesma orientação política. Apesar dessa orientação política, Perroux, desde antes do início da guerra, se posiciona contra Hitler,² identificando-se com a sociologia personalista de Tönnies, defensor da autarquia econômica nacional, do fim das desigualdades regionais e do descongestionamento de Paris. Perroux era claro defensor de uma “revolução nacional” em que o Estado teria um papel importante na economia. Dessa forma, Keynes é um economista que serve como grande inspiração e fomenta o

planejamento como uma importante função na construção dessa sociedade do futuro (Pedrosa, 2013:101-105).

- 16 Concomitantemente, Perroux estudou a obra de Schumpeter e introduziu seu pensamento na França. Além disso, nosso economista participou da militância católica, fundando o grupo Economia e Humanismo ao lado do padre Lebret, pensador importante que terá ampla influência no planejamento brasileiro, principalmente na conformação da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai. Com a derrota e ocupação da França logo no início da guerra, Perroux, sendo um intelectual de oposição da corrente dominante, mas politicamente engajado na direita, tem a oportunidade de participar do governo e colocar em prática seus planos para o desenvolvimento econômico da França. Consoante às metas do regime de Vichy, Perroux defende a igualdade regional no território francês e a redistribuição das indústrias que devem sair de Paris para outras cidades no interior. Nesse momento, a busca de um renascimento territorial a partir da escala regional, respeitando-se os valores dos camponeses franceses contra a concorrência das regiões estrangeiras, é o elemento mais evidente da orientação teórica (Couzon, 2003: 82-101). Perroux lidera então o Centro de Síntese Regional destinado à reconstrução e ao equipamento territorial, onde reúne, dentre outros, os geógrafos Jean Gravier e Pierre George. Antes mesmo do final da guerra, George defende a desarticulação e redistribuição da indústria parisiense, o que lhe rende uma advertência por parte do partido comunista francês, instituição da qual era filiado e que o auxiliou na sua ascensão universitária após o conflito bélico mundial (Pedrosa, 2013: 70-142).
- 17 Perroux, mesmo se aliando ao lado perdedor, conseguiu capitalizar uma grande quantidade de capital cultural³ e fundar a *Revue économique*, mantendo o interesse do alto escalão do Estado francês. Em 1947, Gravier publica seu livro *Paris et le désert français* em que reforça a ideia de que Paris é uma cidade que concentra e polariza o desenvolvimento econômico e cultural da França.
- 18 Em 1955, Perroux em seu *Notes sur pôle de croissance* demonstra uma definição preliminar do que deveria ser esse instrumento de planejamento que redireciona contingentes industriais importantes e, ao mesmo tempo, desenvolve efetivamente a região. Nesse sentido, um investimento estatal ou privado em uma região serve como estímulo para a polarização ou atração econômica dos espaços no entorno, produzindo riqueza e iniciando um círculo virtuoso de desenvolvimento social. Como demonstrou Couzon (2003) em seu texto, toda essa reflexão teórica não se restringe a um mero instrumento para a planificação, pois resulta em uma concepção de espaço econômico que, baseada na visão de Jean Gottmann, dialoga francamente com o espaço geográfico. Perroux se preocupa com os processos de internacionalização do capital, e o espaço econômico busca apreender justamente as dinâmicas para além dos espaços nacionais, dos regionais ou dos espaços mais ou menos restritos. Enquanto o espaço econômico se refere à produção e a circulação, possuindo uma dimensão abstrata e geométrica, o espaço banal ou geográfico é concreto, referindo-se ao espaço onde o homem realiza a totalidade de suas atividades.
- 19 De uma maneira sintética, esta será a herança compartilhada pelos membros do Centro de planejamento liderado por Perroux, em que Pierre George se incluía e que sofreu obviamente muitas influências, mesmo que houvesse uma tensão latente acerca da competição entre economia e geografia como campos competentes para o planejamento. Como tentamos demonstrar em outra ocasião, ao comparar textos diversos de Pierre George de sua experiência na comissão de Vichy e de seus estudos sobre a União Soviética, George defende a concepção de que a escala do planejamento deve ser regional,

mas submetida ao poder central (Pedrosa, 2013: 144-214), tendência que até meados da década de 1980 marcou o planejamento francês (Montricher, 1995: 13).

- 20 Paralelamente, vemos no pós-guerra a influência, na França, do economista norte-americano Walter Isard que começou a valorizar a localização como um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico. Entretanto, Isard utiliza a matemática e a estatística para criar a *regional science* justamente com o objetivo de analisar as economias regionais (Boyce, 2004). Essa tendência se integra de alguma forma com a escola de Perroux, – mesmo que esta tenha um aspecto mais político e voluntarista. O pensamento de Isard, que na geografia ganha força com a ascensão da geografia quantitativa, relaciona matemática e estatística aos estudos para a compreensão do mercado regional. As ideias de Isard terão força no Brasil a partir da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), no final da década de 1960, quando a supracitada gestão de Delfim Netto também dá força às teorias perrouxianas.
- 21 Se a economia francesa estava pressionada de certa forma pelo pensamento norte-americano, o grupo da geografia formado ao redor de Pierre George, além da *regional science*, se preocupava com a chamada geografia aplicada de Michel Philipponneau, que se propunha, sobretudo, à ciência útil e aplicável para a sociedade. George, que na década de 1960 estava desligado do partido comunista e frustrado com o socialismo real, continua a acreditar no planejamento e no Estado como elementos que podem dirimir as contradições e desigualdades sociais. É neste contexto que surge, em 1964, o livro *A geografia ativa* – traduzido e publicado no Brasil em 1966. Mesmo que George (1966: 24-43), de maneira contraditória com seu passado, defenda que o planejamento deve ser neutro, seus discípulos Bernard Kayser, Raymond Guglielmo e Yves Lacoste, que publicam artigos no livro, têm uma orientação claramente marxista. Cabe destacar ainda que um dos *modus operandi* de Pierre George era simplesmente se conciliar e incorporar elementos de seus rivais como, por exemplo, no caso da economia perrouxiana, nos parece que a interpretação flexível de Rochefort sobre Perroux e Boudeville vai na mesma linha, pois instrumentaliza o fenômeno da polarização coadunando-o com a questão da rede de cidades, da hierarquia urbana e do enfoque no setor terciário, ideias originais do seu esquema de análise.
- 22 É desse meio de discípulos de George, imersos na conciliação entre marxismo, planejamento perrouxiano e geografia regional nos moldes de Vidal de la Blache, que surge Michel Rochefort, cuja obra faz uma síntese ativa do planejamento propondo as chamadas metrópoles de equilíbrio com o objetivo de dirimir as desigualdades regionais a partir de uma distribuição mais equitativa de serviços e oferta de mercadorias. Rochefort aproveitou as contribuições de Perroux, o debate sobre a hierarquia urbana de Christaller, que desde antes da Segunda Guerra foi inserido na geografia urbana francesa, e, por fim, a importância dada pela geografia ativa à escala regional e ao planejamento como instrumento neutro. Diferentemente de Perroux, Rochefort dará mais ênfase ao setor de serviços abordando de forma comedida a indústria, popularizando, assim, uma interpretação criada a partir de George e Perroux consubstanciada na ideia de que uma cidade é capaz de polarizar economicamente o espaço ao redor e formar uma região a partir de sua influência no *hinterland*. Pois é justamente essa interpretação e metodologia que chegará ao Brasil, uma vez que o regime militar convida Rochefort para trabalhar no IBGE e no IPEA.
- 23 Aqui cabe um comentário importante. Além de Keynes, Couzon (2003) ainda destaca Walras e Schumpeter como economistas influentes no pensamento de Perroux. Como

demonstra Dosse (2007: 31), Perroux ajuda a fundar a escola do estruturalismo econômico. Se analisamos o pensamento de Prebisch, o economista fundador da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), veremos que ele tem as mesmas influências, é keynesiano, acredita no papel do Estado como interventor na economia e se preocupa com os ciclos da economia. Assim como demonstram Dosman (2011) e Bielschowsky (2000:15-19) surge o estruturalismo histórico, abordagem de trabalho inicial da CEPAL. Mesmo que tenham nomes parecidos, não é possível negar que existam diferenças, contudo, nos indagamos se as afinidades entre ambas escolas não provocou uma aproximação.

- 24 Quando na década de 1960, na CEPAL, Aníbal Pinto percebeu que o processo de desenvolvimento do capitalismo se dava de forma desigual e chamou esse processo de “heterogeneidade estrutural” (Bielschowsky, 2000: 42), isso não pode ter dado espaço para a teoria dos polos como uma medida pontual de busca pela igualdade? Cabe esclarecer que Perroux também admite a hipótese que o capitalismo se desenvolve invariavelmente de maneira desigual. Quando Celso Furtado, que se formou e trabalhou na CEPAL, passou a chefiar a SUDENE, isto pode ter significado uma transmissão teórica entre as duas instituições. Cabe aclarar tais aproximações, todavia, não resta dúvida que a teoria dos polos penetra o debate da SUDENE, como destaca Manuel Correia de Andrade, que passou uma temporada na França na década de 1970 e retorna ao Brasil trazendo tais ideias do estrangeiro. Em contrapartida, ao consultarmos a obra de Rochefort (1968: 72-104), se pode observar que muitas das suas ideias interpretativas sobre a América do Sul têm afinidade com concepções da CEPAL. Rochefort destaca, por exemplo, o papel do Estado e da substituições de importações no processo de industrialização dos países sul-americanos e, ainda, defende abertamente a reforma agrária como medida eficaz para o combate das desigualdades sociais. Tal concepção era abertamente defendida por muitos intelectuais da CEPAL durante a década de 1960 (Bielschowsky, 2000: 39-47).
- 25 Mesmo que Celso Furtado não tenha, durante sua gestão da SUDENE, levado até as últimas consequências a ideia da reforma agrária – ao invés disso, ele elegeu o Maranhão como válvula de escape da pressão por terras –, sua interpretação da economia brasileira estrutura um sistema de centro-periferia em que, claramente, São Paulo é o grande polo de desenvolvimento brasileiro e o Nordeste é sua periferia. É possível notar que mais do que uma teoria rígida, as ideias de polo ou a polarização como fenômeno fomentam interpretações que inspiram um espectro razoavelmente diverso de pensadores ligados a diferentes posições políticas e epistemológicas.

Os polos no contexto brasileiro

- 26 Sem sombra de dúvidas, uma marca importante para a história do planejamento brasileiro é o governo Juscelino Kubitschek. Mesmo que a era Vargas tenha dado passos importantes no tocante ao planejamento territorial é importante destacar que com o governo Kubitschek a faceta regional do planejamento se desenvolve, desdobrando algumas tendências criadas no período Vargas. Isso se evidencia pela criação da SUDENE, por exemplo, contudo, o planejamento setorial também se desenvolve. Ignácio Rangel, no prefácio de *Economia: milagre e antimilagre*, elogia o plano de metas que considera ser um importante planejamento setorial, mas demonstra como faltaria ao Brasil ainda um planejamento geral ou integral que unisse todos elementos setoriais.
- 27 Paralelamente, com um discurso desenvolvimentista que ia ao encontro de algumas concepções do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a CEPAL marca presença

no continente sul-americano com importantes parcerias com o Brasil. Cabe destacar a missão CEPAL-BNDE que contava com Celso Furtado, ou ainda a presença de intelectuais importantes, como Ignácio Rangel, que realizaram cursos de formação naquele órgão.

- 28 O golpe de 1964 vai romper seletivamente com o desenvolvimentismo dos anos 1950. Basta lembrar, por exemplo, que a primeira edição brasileira da obra de Gunnar Myrdal, *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*, foi editada pelo ISEB em 1958. O Brasil sob a égide dos militares desmantela o ISEB e retira o apoio financeiro à CEPAL, enquanto o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES)⁴ começa a abrigar boa parte da intelectualidade exilada no Chile que continuava a fazer trabalhos críticos e esquerdistas sobre a economia e a história latino-americana (Dosman, 2011: 345-420). Entretanto, como demonstra Bomfim (2007: 20-72) apesar do regime neutralizar o desenvolvimentismo, de maneira contraditória vai dar continuidade à necessidade de desenvolvimento e integração nacional, porém agora sob a ótica do pensamento geopolítico, que foi gestado, em outros meios, na Escola Superior de Guerra. Era necessário combater ferreamente o comunismo como inimigo interno e se alinhar aos Estados Unidos na ideia de um hemisfério ocidental e, paralelamente, desenvolver a indústria nacional, integrar o território e promover uma “reforma agrária” – obviamente, uma que não ferisse os interesses da elite agrária dominante.
- 29 Naturalmente, sobre a batuta do novo regime, a preocupação científica com tais temas se intensifica. É nesse contexto que Rochefort se insere, mesmo que ele tenha, na França, ligações com o partido comunista. Ao se observar a *Revista brasileira de geografia*, publicação oficial do IBGE, é possível encontrar avaliações preocupadas justamente com o planejamento regional e suas experiências no estrangeiro. Assim:

Poucos foram os países que levaram tão longe as ideias de Perroux como o Brasil. Sob a perspectiva da acumulação capitalista, a ideologia dos polos de desenvolvimento mostrou-se o modelo mais adequado para a organização do território proposta pelo estado autoritário, uma vez que envolvia a criação de locais privilegiados, capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e mercadorias. (Egler, 2001: 214)

- 30 Rochefort vem para divulgar as ideias de sua síntese ativa, ou seja, uma concepção de organização regional que hierarquiza a rede urbana, tomando como referência os serviços – deixar a indústria para segundo plano é algo no mínimo inusitado para alguém que, de um lado, foi influenciado por Perroux, e, de outro, fora membro do partido comunista. Tal hierarquização era o instrumento para definir os locais a serem privilegiados ou investidos, contudo, sua teoria, que era aplicada em um espaço relativamente pequeno, geograficamente denso e bem integrado – o caso francês –, agora deveria responder aos problemas de um país continental, subdesenvolvido e mal integrado como o Brasil. As concepções de Rochefort foram rapidamente incorporada como colocaram Geiger (1994: 140-150) e Bomfim (2007: 130-204) pelo IBGE e transmitidas notadamente para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Aqui muitos pensadores desses órgãos aplicaram explicitamente sua metodologia para o estudo do Brasil (Estudo, 1967). Se as portas estavam abertas nas instituições da chamada tecnocracia, na universidade existia um isolamento:

Enquanto na UFRJ, Hilgard impedia a entrada dos membros da Escola de Pierre George, e o mesmo fazia na USP o grupo do Aroldo, Fábio [chefe do IBGE], cada vez mais ‘esquerdizante’ promovia todo suporte para a sua influência, principalmente a de Michel Rochefort. Nesse contexto, Lysia Bernardes produziu um estudo sobre o *Região de influência do Rio de Janeiro*, eu sobre a Industrialização do Sudeste. Também neste período a *Evolução da rede urbana*. (Geiger, 1994: 139)

- 31 Esses dois últimos trabalhos referidos por Geiger, claramente eram aplicações da teoria de Rochefort para identificar, dentre outros fenômenos, a hierarquia urbana. Posteriormente, os espaços e a rede urbana identificados poderiam, por meio do planejamento, ser eventualmente estimulados através dos polos. Ainda fruto dessa influência, a *Revista brasileira de geografia publica*, em 1967, um estudo sobre os polos de desenvolvimento no Brasil. É interessante mostrar um fato: a geografia francesa formou as principais escolas de geografia brasileira, com a influência de Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, sendo que este último principalmente consolidou escola na Universidade de São Paulo e teve grande influência. Segundo o relato de Geiger, fica insinuado o fato de que a geografia de Rochefort, por ter afinidade com o marxismo e o ideário de esquerda, não era bem-vinda nas universidades. Vemos aí uma nova fonte de influência francesa através da presença de Rochefort, que vai ao longo do tempo se espalhar nas universidades, principalmente nas do Rio de Janeiro, porque o IBGE, localizado nessa cidade, era abastecido e abastecia as universidades cariocas. Essa segunda via de influência francesa ligada à geografia de esquerda,⁵ que surgiu no pós-guerra na França, foi pouco problematizada pela história da geografia.
- 32 Contudo, a partir de 1968-69 a chamada revolução quantitativa vai se instaurar no Brasil, ou seja, agora a geografia norte-americana ligada à nova geografia defenderá a concepção que a ciência deve ser neutra, usar preceitos do neopositivismo e munir-se da matemática como linguagem objetiva para a constituição do conhecimento científico. A teoria dos polos, no entanto, não seria relegada ao descaso, pois as ideias de Rochefort passariam por transformações importantes e sua estratégia regional seria coadunada com os interesses geopolíticos do regime militar e instrumentalizada através dos levantamentos estatísticos e matemáticos. Nas palavras de Bomfim:
- Enquanto teoria – metodologicamente conduzida por diversos referenciais da geografia e da economia espacial daquele período, o estudo sobre a questão urbana e a região aproximou-se de uma tradição em pensar o território segundo o viés da ocupação econômica (e geopolítica), na qual (*questionamentos políticos à parte*), à Geografia Ativa, somou-se sua própria reminiscência possibilita e, ainda mais, à ‘revolução’ quantitativa, as teses locacionais, o pragmatismo econômico ortodoxo e, como substrato, a retórica militar conservadora do Brasil Potência, enquanto o grande espaço a ser conquistado. (Bomfim, 2007: 201)
- 33 O ápice desse processo se evidencia com a publicação do texto de Faissol (1972), no qual se concretiza a mistura da qual Bomfim se refere. Faissol era, sem sombra de dúvidas, uma liderança dentro do IBGE e representava a tendência da nova geografia, sendo uma figura que marcou a incorporação de interpretações da teoria dos polos quantitativas, em detrimento das ideias de Rochefort.
- 34 Nesse período, no fim da década de 1960 e início da subsequente, um outro vetor de entrada da teoria dos polos no Brasil se deu por meio do geógrafo Manuel Correia de Andrade, que estava na França estudando o tema e tendo contato direto com pensadores seja da economia, seja da geografia. Podemos verificar em Andrade (1977 e 1987) um interesse nessa teoria como solução para desigualdade regional. Bomfim (2007: 178-179) indica que ele foi aluno de Boudeville no estrangeiro e que ressaltava o fato de a SUDENE ter aplicado a teoria dos polos entre 1966-1968. Apesar da influência de Boudeville, Andrade não deixa de dialogar com a produção e reflexões do IBGE, organizando um importante seminário sobre o assunto na SUDENE que congregou funcionários de diversos órgãos de planejamento – Ministério do Planejamento, Conselho Nacional de Geografia, CIBPU, dentre outros – no ano de 1966.

- 35 Como ressaltamos, paralelamente a esses desenvolvimentos e grupos que debateram a teoria dos polos, ainda na década de 1970, é possível identificar uma série de críticas, muitas delas feitas por autores de orientação marxista, como por exemplo, Milton Santos.

Considerações finais

- 36 Após analisar preliminarmente a teoria dos polos no Brasil fica evidente que sua recepção está longe de ser homogênea ou ocorrer por apenas uma instituição. Temos uma plêiade de grupos e instituições que a discutiram sua natureza com perspectivas diferentes. Mesmo diante dessa diversidade, tentamos demonstrar que o IBGE teve um certo grau de centralidade nesse processo devido ao seu impacto e importância no campo da geografia, no do planejamento e, parcialmente, no da economia, sendo que sua influência neste último se ofusca cada vez mais com a consolidação do IPEA.
- 37 Ao acompanharmos o desenvolvimento norteado por sua recepção no IBGE, podemos separar basicamente em três períodos básicos: (1) um primeiro momento em que a teoria dos polos se desenvolve na França e é interpretada por Pierre George e seus discípulos; (2) quando a teoria chega ao Brasil tendo como um representante importante Michel Rochefort que introduz elementos da teoria dos polos e da polarização subordinados à sua discussão sobre hierarquia urbana; e, por fim, (3) quando a geografia francesa perde capital cultural e é substituída pela geografia norte-americana, abrindo espaço para um processo de tecnificação matemática e estatística, identificando-se mais com a nova geografia e com algumas abordagens da *regional science*.
- 38 Nesse contexto, Speridião Faissol (1972) teve um papel central, pois ele continuou em parte usando as concepções chave de Rochefort e os frutos por ela gerados, porém adotou uma método ligado à nova geografia de matriz estadunidense para dar uma nova roupagem à teoria, imprimindo sua marca pessoal e inserindo a novidade da “descoberta” metodológica. Nesse período, como tentamos demonstrar, os economistas também se preocupavam com teorias locais ou com a economia espacial, inclusive utilizando modelos de análise difundidos pela nova geografia como, por exemplo, o modelo gravitacional.⁶ Entretanto, se destaca o fato de que os economistas tradicionalmente são treinados para o manejo da matemática e, historicamente, desenvolveram vários modelos para simular ou analisar situações econômicas.
- 39 Assim, a geografia ibgeana dialogava com o que havia de mais avançado ou moderno na arena do campo geográfico internacional e ao mesmo tempo realinhava seus métodos de análise com a economia, se oferecendo mais uma vez de forma útil e atualizada como ferramenta do poder estatal para o planejamento do território brasileiro, supostamente, resolvendo as disparidades regionais de forma “científica”, neutra e pragmática.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Manoel Correia de (1987). Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional. São Paulo, Atlas.
- _____. (1977). “Geografia, região e desenvolvimento”. Recife, Universidade federal de Pernambuco.
- Bielschowsky, Ricardo (2000). “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha”. In: Bielschowsky, Ricardo (org). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – volume 1. São Paulo, CEPAL, Cofecom, e Editora Record.
- Bomfim, Paulo R. de Albuquerque (2007). A ostentação estatística (um projeto para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64). São Paulo, Tese de doutorado na área de geografia humana, FFLCH/USP.
- Boudeville, J.-R. (org.)(1967). L’espace et les pôles de croissance. Paris, Presses universitaires de France.
- Bourdieu, Pierre (2004). Os usos sociais da ciência. São Paulo, Unesp.
- Carvalho, Fernanda Ferrário de (2008). “Sudene: do desenvolvimento cepalino ao desenvolvimento endógeno”. Anais do encontro Trajetórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre as Regiões do Nordeste Brasileiro e a Baixa Califórnia, México. Fortaleza.
- Claval, Paul (2012). “Espaço e território: as bifurcações da ciência regional”. Espaço e economia 1.
- _____. (2011). Epistemologia da geografia. Editora da UFSC, Florianópolis.
- Couzon, Isabelle (2003). “‘Les espaces économiques’ de François Perroux (1950). Organisation de l’espace et aménagement du territoire dans l’économie et la géographie française au milieu du XXème siècle”. Revue d’histoire des sciences humaines 9, Paris.
- Diniz, Clélio Campolina (2009). Celso Furtado e o desenvolvimento regional. Nova economia 19, pp 227-249, Belo Horizonte.
- Dosman, Edgar (2011). J. Raúl Prebisch. Rio de Janeiro, Contraponto.
- Dosse, François (2007). A história do estruturalismo. Bauru, Edusc.
- Egler, Cláudio A. G (2011). “Questão regional e gestão do território no Brasil”. In: Castro, I.; Corrêa, Roberto Lobato; Gomes, Paulo C. da C. “Geografia: conceitos e temas”. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Faissol, Speridião (1972). “Plos de desenvolvimento no Brasil: uma metodologia quantitativa e uma exemplificação empírica”. Revista Brasileira de Geografia, v. 34, n. 2.
- Geiger, Pedro P (1994).. “Notas autobiográficas e reflexões (dedicado à Regina Rochefort)”. Geosul, v.9, nº 17.
- George, Pierre (org.)(1966). A geografia ativa. São Paulo, Difel.
- Gravier, J.-F (1947). Paris et le désert français. Paris, Flammarion.

- Lima, Ana Carolina da Cruz e Simões, Rodrigo Ferreira (2009). “Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil”. Textos para discussão, 358, Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR.
- Montricher, Nicole de (1995). *L'aménagement du territoire*. Paris, Éditions la découverte.
- Nogueira, A. A (1956). “Ciclo de conferências geográficas no Conselho Nacional de Geografia”. *Revista Geográfica*, t. 19, nº 45.
- Pedrosa, Breno Viotto (2013). *Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura*. São Paulo, Tese de doutorado, FFLCH/USP.
- Pereira, Ruben de Mattos et al. (1967). “Estudos básicos para a definição de polos de desenvolvimento no Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1.
- Perroux, François (1968). “Les investissements multinationaux et l'analyse des pôles de développement et des pôles d'intégration”. *Tiers-Monde*, t. 9, nº34, pp. 239-265.
- _____ (1955). “Notes sur la notion de pôle de croissance”. *Economie appliquée*, nº 8 (1-2), pp. 307-322.
- Richardson, Harry W. e Richardson, Margaret (1975). “The relevance of growth center strategies in Latin America”. *Economic geography*, vol. 51, nº 2, 1975, pp. 163-178.
- Rocheftort, Michel (1957). “Méthodes d'étude des réseaux urbains. Intérêt de l'analyse du secteur tertiaire de la population active”. *Annales de géographie*, t. 66, nº 354, pp. 125-143.
- Santos, Milton (1974). “Sous-développement et pôles de croissance économique et sociale”. *Tiers-Monde*, t. 15, nº58, 1974, pp. 271-286. *phers*, vol. 62, nº 4
- _____ (2003). *Economia Espacial: Crítica e Alternativas*. São Paulo, Edusp.
- Serebrenick, Salomão (1963). “Planejamento regional”. *Revista Brasileira de Geografia*, nº 1 (25).
- Souza, Maria Adélia Aparecida de (1975). *São Paulo: ville/région propositions méthodologiques*. Paris, Tese de doutorado, Universidade Paris I.
- Uri, Pierre (1987). “François Perroux”. *Revue économique*, vol. 38, nº 5, pp.I-XII.

NOTAS

1. Vide a coletânea organizada por Haddad, P. *Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974. Participam da edição Samuel Schickler, Paulo Haddad e Carlos Maurício de C. Ferreira que atuam na UFMG, no CEDEPLAR e no convênio USP/CIBPU. Celsius A. Lodder e Hamilton A. Tolosa, atuam no IPEA. Haddad, diretor do CEDEPLAR na época, organiza uma coletânea que é publicada pelo IPEA, o que denota um bom nível de sinergia institucional.
2. Como, por exemplo, em Perroux, François. *Os mitos hitleristas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1937.
3. Aqui utilizamos a definição de capital cultura de Bourdieu (2004), que se refere à capacidade de ser reconhecido academicamente por seus pares de campo através de cargos institucionais, livros, artigos e trabalhos de grande importância.
4. O ILPES e a CEPAL, na década de 1960, ofertavam cursos de capacitação, que usavam como material o texto de Perroux (1955) sobre os polos de desenvolvimento em versão na língua espanhola (ILPES/CEPAL INT-0969, doc. D/3). Igualmente, em 1969, encontramos nos documentos dessas instituições o texto “Metas de las políticas regionales y objetivos de la planificación

regional” de Antoni R. Kuklinski (ILPES/CEPAL INT-1863, doc. CPRD D/6), que lecionou o curso “Planificación regional del desarrollo”, coordenado pelo Instituto Panamericano de Geografía e História, um órgão que contava com grande quantidade de geógrafos do IBGE. Isso pode demonstrar a inserção dos ibgeanos em um circuito internacional de debate sobre o planejamento. Kuklinski, foi aluno de Boudeville e atuou nas Nações Unidas difundindo a teoria dos polos e suas aplicações.

5. A geografia de esquerda foi uma tentativa nossa de caracterizar geógrafos militantes do partido comunista francês que lutaram na resistência contra o nazismo e tentaram, depois da guerra inserir elementos marxistas nas reflexões geográficas. Notadamente, destacamos os alunos de André Choley, a saber Pierre George, Jean Dresch e Jean Tricart como os propagadores da geografia de esquerda, prenúncio da geografia crítica que ganha força depois de maio de 1968 (Pedrosa, 2013).

6. Vide nota 2, Carlos Maurício de C. Ferreira naquela obra usa o modelo gravitacional. A dissertação de mestrado de Celsius Lodder, defendida em 1972, na Fundação Getúlio Vargas tem como título “Padrões locacionais e desenvolvimento regional”.

RESUMOS

Através da análise dos geógrafos do IBGE buscamos neste trabalho explorar a recepção da teoria dos polos de desenvolvimento elucidando pelo menos três momentos básicos: a presença de Michel Rochefort, a instrumentalização da ideia de espaço polarizado e homogêneo e, finalmente, o impacto da geografia quantitativa na avaliação dos polos. Igualmente, buscamos esboçar o que originalmente foi a teoria dos polos para Perroux e seu grupo, para a seguir exploramos qual foi a interpretação de Boudeville e Michel Rochefort, este último integrante do grupo de pesquisa de Pierre George. Recortando como marco a presença de Michel Rochefort no IBGE em 1964, buscamos perceber qual foi sua atuação em colaborar com os estudos dessa instituição.

Through the analysis of the geographers of the IBGE, we seek to explore the reception of the theory of poles of development elucidating at least three basic moments: the presence of Michel Rochefort, the instrumentalization of the idea of polarized and homogeneous space and, finally, the impact of quantitative geography in theory's evaluation. Likewise, we sought to outline what was originally growth pole theory for Perroux and his group, and then to demonstrate the interpretation of Boudeville and Michel Rochefort, the last one member of Pierre George's research group. We search the role of Michel Rochefort at IBGE in 1964 in collaborating with the studies of this institution.

A través del análisis de los geógrafos del IBGE este trabajo explora la recepción de la teoría de los polos de desarrollo que aclaren al menos tres momentos básicos: la presencia de Michel Rochefort, la instrumentalización de la idea del espacio polarizado y homogénea y, finalmente, el impacto de la geografía cuantitativa en la evaluación de los polos. Del mismo modo, se busca delinear lo que originalmente era la teoría de los polos de Perroux y su grupo, a continuación, explorar lo que fue la interpretación de Boudeville y Michel Rochefort, el último miembro del grupo de investigación de Pierre George. Recorte de una presencia histórica de Michel Rochefort el IBGE en 1964, buscamos a darse cuenta de lo que fue su papel en el apoyo a los estudios de esta institución.

À travers de l'analyse des géographes IBGE ce travail explore la réception de la théorie des pôles de développement elucidant au moins trois moments fondamentaux: la présence de Michel Rochefort, l'instrumentalisation de l'idée de l'espace polarisé et homogène et, enfin, l'impact de la géographie quantitative pour l'évaluation des pôles. De même, nous cherchons à décrire les origines de la théorie des pôles pour Perroux et son groupe, pour explorer alors quelle était l'interprétation de Boudeville et Michel Rochefort, ce dernier membre du groupe de recherche de Pierre George. Comprenant la présence historique de Michel Rochefort l'IBGE en 1964, nous cherchons définir son rôle dans le développement des études de cette institution.

ÍNDICE

Índice geográfico: Brasil, França

Palabras claves: teoría de los polos de crecimiento, la recepción intelectual, la teoría del desarrollo regional, espacios polarizados

Índice cronológico: 1964-1985

Palavras-chave: teoria dos polos de crescimento, recepção intelectual, teoria do desenvolvimento regional, espaços polarizados

Keywords: growth poles theory, intellectual reception, regional development theory, polarized spaces

Mots-clés: théorie des pôles de croissance, réception intellectuelle, théorie du développement régional, espaces polarisés.

AUTOR

BRENO VIOTTO PEDROSA

Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)